

CONTEXTO DA PROPOSTA [AQUI](#)

A - PROPOSTA DE NOVA INTERVENÇÃO

Tipo de intervenção

Compromissos em matéria de ambiente e de clima e outros compromissos de gestão

Objetivo específico da CAP - Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável.

Enquadramento no PEPAC:

Eixo C1 Gestão Ambiental e Climática

C1.1. Compromissos agroambientais e clima

Nome da Intervenção

Proteção e remuneração dos serviços ambientais prestados pela floresta

Âmbito territorial

Territórios abrangidos por Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem ([PRGP](#)) e excluídos de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP's).

Racionalidade da Intervenção

É reconhecido o papel das florestas para alcançar a neutralidade carbónica, já que são importantes sumidouros de carbono. Este elemento, armazenado nas florestas durante o seu longo ciclo de produção e posteriormente nos produtos florestais, é libertado para a atmosfera através de incêndios, da alteração da utilização dos solos, ou da desflorestação. Os incêndios são obviamente o fator mais preocupante no nosso país. Além das emissões de carbono, têm consequências graves no solo, água e biodiversidade, serviços do ecossistema prestados pelas florestas.

No nosso país, prevenir incêndios é a estratégia mais eficaz para assegurar os serviços do ecossistema fornecidos pelas florestas.

Por esta razão é essencial prevenir incêndios para preservar o “cofre” de carbono nas florestas e alcançar os objetivos da UE em matéria de neutralidade das emissões de carbono e biodiversidade.

A diminuição da carga de combustível contribui para reduzir o risco de incêndio. A gestão florestal “tradicional” praticada pelos proprietários florestais consiste no corte de árvores para comercialização, sendo raras as práticas de gestão que visam reduzir o risco de incêndio, além das [legalmente obrigatórias](#). Nos territórios com elevada produtividade potencial, localizados

sobretudo no Norte e Centro do país, esta inação dos proprietários frequentemente conduz à acumulação de materiais que favorecem a progressão de incêndios.

Esta intervenção, pela sua simplicidade, é um importante estímulo para incentivar os proprietários a manterem as suas propriedades com gestão em regiões previamente identificadas como estratégicas. Desta forma, é possível diminuir o risco de incêndio por adesão paralela de um elevado número de pequenos proprietários.

Esta Intervenção pretende responder às necessidades de promoção de uma gestão sustentável e melhoria de áreas florestais, incluindo a manutenção e melhoria dos recursos da biodiversidade, água e solo e combate às alterações climáticas.

Objetivos operacionais

- Aumentar a frequência das práticas de gestão de carga combustível na floresta
- Aumentar a capacidade de sequestro e armazenamento de carbono na floresta
- Aumentar os serviços de ecossistema fornecidos pela floresta

Modalidade de apoio

Os pagamentos são efetuados aos proprietários florestais que assumam, de forma voluntária, compromissos de gestão considerados benéficos para a concretização dos objetivos operacionais.

O apoio será atribuído sob a forma de um montante fixo concedido anualmente.

Os compromissos são assumidos até ao final do PEPAC.

Nível de apoio

150€/hectare/ano

Condições de Acesso

Área mínima de superfície florestal de 0,5 hectares (podendo resultar do somatório de parcelas) e máxima de 10 hectares ocupada com espécie florestal autóctone.

Compromissos

Controlar a vegetação espontânea dominada por arbustos com mais de 50 cm, para que não ocupe mais de 25 % da superfície sob compromisso.

Critérios de seleção

[Projetos-piloto](#) definidos no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30 (PNGIFR).

Parcelas com ocupação florestal contíguas de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) com Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) em implementação.

Parcelas localizadas em Zonas de Intervenção Florestal.

Beneficiários

Detentores privados de áreas florestais.

Indicador de impacto

I.11 Melhorar a fixação do carbono: Aumentar os níveis de carbono orgânico nos solos

Indicadores de resultado

R.14 Armazenamento de carbono nos solos e biomassa: Percentagem de terras florestais sob compromisso de reduzir as emissões, manter e/ou melhorar o armazenamento de carbono.

R.30 Percentagem de terras florestais abrangidas por compromissos para apoiar a proteção das florestas e a gestão dos serviços ecossistémicos

Indicadores de realização

O.14 Número de hectares (florestais) abrangidos por compromissos ambientais/climáticos que vão além dos requisitos obrigatórios.

Proposta de dotação

O Centro PINUS estimou a seguinte ocupação com pinheiro-bravo nos Territórios Vulneráveis, que se resume na tabela seguinte.

Ocupação com pinheiro-bravo	ha	%
Total Portugal Continental*	644 621	100
Em freguesias vulneráveis **	418 821	65
Em freguesias vulneráveis incluídas em PRGP	166 391	26
Em freguesias vulneráveis com AIGP	27 376	4
Em freguesias vulneráveis incluídas em PRGP e sem PRGP	139 013	21

*atualização do mapa de ocupação de solo 2022; projeto [rePLANT](#)

** [Portaria n.º 301/2020](#) de 24 de dezembro

A ocupação com pinheiro-bravo no âmbito territorial proposto foi estimada em 139 013 hectares, que representam 21% da área nacional da espécie.

Atendendo à dificuldade de contactar proprietários e à pequena dimensão das parcelas, considera-se ambicioso o objetivo de intervir em ¼ daquela área. No projeto piloto [Vales Floresta](#), um apoio financiado pelo Fundo Ambiental semelhante à Intervenção proposta, 55% das parcelas que pediram apoio eram ocupadas por pinheiro-bravo.

Para um compromisso de 5 anos a dotação mínima da medida, para intervir em 63 187 ha (34 753 de pinheiro-bravo e 28 434 de outras espécies autóctones) seria de **47 milhões de euros**.

B - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE INTERVENÇÃO EXISTENTE

Nome da Intervenção

C.1.1.3 - Mosaico Agroflorestal

Âmbito territorial

Sem alteração

Racionalidade da Intervenção

Redação atual	Proposta de alteração de redação (assinalada a bold)
«Esta intervenção foca o apoio de natureza agroambiental nos agricultores que, se localizando em zonas predominantemente florestais, detêm parcelas cultivadas com culturas temporárias, culturas permanentes, bem como parcelas de prados e pastagens permanentes com predominância de vegetação arbustiva com aproveitamento forrageiro através de pastoreio extensivo por efetivos de ovinos, caprinos e bovinos.»	«Esta intervenção foca o apoio de natureza agroambiental nos agricultores que, se localizando em zonas predominantemente florestais, detêm parcelas ocupadas com floresta , cultivadas com culturas temporárias, culturas permanentes, bem como parcelas de prados e pastagens permanentes com predominância de vegetação arbustiva com aproveitamento forrageiro através de pastoreio extensivo por efetivos de ovinos, caprinos e bovinos.»

Necessidade(s) abordada(s) pela intervenção

Reforço da necessidade COE8N5 “Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável”

Objetivo específico

O.14. Número de hectares (**incluindo os florestais**) e número de outras unidades abrangidos por compromissos ambientais e climáticos que vão além dos requisitos obrigatórios.

Modalidade de apoio

Os pagamentos são efetuados aos agricultores que assumam, de forma voluntária, compromissos de gestão considerados benéficos para o objetivo específico O.14. O apoio será atribuído sob a forma de um montante fixo concedido anualmente.

Os compromissos são assumidos até ao final do PEPAC.

Nível de apoio

150€/hectare/ano

Condições de Acesso

Área mínima de superfície florestal de 0,5 hectares (podendo resultar do somatório de parcelas) e máxima de 10 hectares ocupada com espécie florestal autóctone.

Compromissos

Nas parcelas com ocupação florestal:

Controlar a vegetação espontânea dominada por arbustos com mais de 50 cm, para que não ocupe mais de 25 % da superfície sob compromisso.

Explicação de que forma é que a intervenção C.1.1.3 é mais exigente do que a baseline

O controlo de vegetação arbustiva em parcelas com ocupação florestal é [legalmente obrigatório](#) apenas em situações de proteção de casas, aglomerados populacionais ou outro tipo de infraestruturas. O compromisso de redução da carga de combustível iria assim para além da obrigação legal, contribuindo para reduzir o risco de incêndio, evitando emissões de carbono e preservando os serviços do ecossistema fornecidos pela floresta.

Fundamentação do nível de apoio

O valor do apoio foi calculado tendo em conta o preço de mercado das operações silvícolas a realizar para manter o compromisso.

Proposta de dotação

A definir em função da ocupação florestal das parcelas detidas por agricultores já beneficiários da Intervenção.

Anexo: Âmbito Territorial proposto para a Intervenção Proteção e Remuneração dos serviços ambientais prestados pela Floresta

